A PESQUISA BRASILEIRA SOBRE ATIVISMO POLÍTICO ONLINE: mapeamento de publicações em periódicos das áreas de Ciência Política e Comunicação (2000 a 2017)

THE BRAZILIAN RESEARCH ON ONLINE POLITICAL ACTIVISM: Mapping of publications in scientific journals of Political Science and Communication (2000 to 2017)

Rayza Sarmento[1]
Lara Viana[2]

***Resumo**: Este texto busca desvelar como o ativismo online foi pesquisado, a partir do levantamento de artigos publicados em revistas acadêmicas nacionais avaliadas, minimamente, com Qualis Capes B1 nas áreas de Ciência Política e Comunicação. Foram encontrados 14 periódicos que atendiam ao requisito inicial de avaliação no Qualis Capes, mas encontramos artigos sobre ativismo online em apenas sete deles. Selecionamos, ao total, 25 artigos publicados referentes a temática, entre 2000 a 2017, nos quais foi aplicada análise de conteúdo. Entre os resultados iniciais, indicamos que não há publicações sobre o tema em revistas A1 nas áreas de Ciência Política e Comunicação. Encontramos também 60% dos textos apresentando pesquisa empírica, sendo o Facebook a arena online mais analisada (22,22%), seguido dos blogs (11,11%). Acerca do fenômenos analisados nos artigos, foi possível encontrar que maior parte dos trabalhos estava concentrado na categoria informação (36%), entendendo o ativismo online como capaz de fazer circular novos discursos/pautas e contra-narrativas.*
***Palavras-Chave:** Ativismo politico online. Levantamento bibliográfico. Internet*

***Abstract:** This text seeks to reveal how online activism was researched, based in the articles published in national academic journals, with Qualis Capes B1 in the areas of Political Science and Communication. We found 14 journals, but found articles on online activism in only seven of them. We selected 25 published articles referring to the theme, between 2000 and 2017, in which content analysis was applied. We indicate that there are no publications on the subject in A1 journals. We also found 60% of the texts presenting empirical research, with Facebook being the most analyzed online arena (22.22%), followed by blogs (11.11%). About the phenomena analyzed in the articles, it was possible to find that most of the works were concentrated in the information category (36%), understanding online activism as capable of circulating new discourses and counter-narratives.*
***Keywords:** Online political activism. Bibliographical research. Internet*

[1] Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenadora do GCODES - Grupo de Pesquisa em Gênero, Comunicação, Democracia e Sociedade e pesquisadora do MARGEM – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça da UFMG. rayzasarmento@gmail.com

[2] Graduanda em Ciências Sociais na UFV. Bolsista de Iniciação Científica Fapemig. Integrante do GCODES. laraviana.cis@gmail.com

1. Introdução

É crescente o interesse acadêmico pelos usos que movimentos sociais mais clássicos fazem das ferramentas digitais, bem como acerca das possibilidades que as arenas online trouxeram para novas formas de articulação política. Ativismo de sofá, ciberativismo, webativismo, ativismo digital, ativismo online fazem parte da miríade de termos surgidos nos últimos anos para dizer dessa presença online a partir de uma existência coletiva prévia ou conformada no âmbito, em especial, das redes sociais digitais.

Esses estudos se concentram, com maior frequência, em pesquisadores já ligados ao campo teórico dos movimentos sociais (MS) e aqueles mais próximos do campo interseccional da comunicação e política, em especial de internet e política (I&P). No primeiro âmbito, os usos da internet adensaram mais questões à perspectiva de atuação em *rede*, em vigor no Brasil desde os anos de 1990 (Scherer-Warren e Luchmann, 2015). Os termos usados pelos pesquisadores da área, comumente, se referem aos "impactos" da internet sobre a mobilização e articulação de sujeitos e grupos. No segundo âmbito, estudiosos de I&P, na perspectiva da democracia digital (Gomes, 2016a), se debruçaram sobre as dimensões comunicacionais que atravessam o ativismo online, seja por meio da análise das dinâmicas de articulação, do tipo de ferramenta empregada, do discurso utilizado, dentre outros elementos.

Ao analisarem 526 artigos sobre internet e política, distribuídos nos principais eventos nacionais das áreas de Ciências Sociais e Comunicação, entre 2000 e 2014, Sampaio et. al. (2016, p.96) atestam que o terceiro "objeto político" mais frequente, em 17,9% do total de trabalhos, são "movimentos sociais e organizações cívicas". Já ao analisarem apenas os *papers* apresentados no Grupo de Trabalho (GT) de Ciberpolítica da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), evento tradicional, entre 2010 e 2017, o mesmo objeto aparece em segundo lugar, em 22,6% dos 106 textos do corpus (Sampaio et. al., 2018, p. 140).

Inspirado nos esforços supramencionados, este texto busca desvelar como o ativismo online foi entendido e pesquisado, a partir do levantamento de artigos

publicados em revistas acadêmicas nacionais avaliadas, minimamente, com Qualis Capes B1 nas áreas de Ciência Política e Comunicação, nesta ordem[3]. Trata-se de um recorte dentro do campo de I&P, a fim de entender as especificidades da relação entre ativismo e internet dentro da produção acadêmica brasileira. Aráujo (2011) já realizou semelhante levantamento - focado no termo "ciberativismo" - utilizando o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os anais dos eventos da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós) e o Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação (Portcom), entre 2000 e 2010, com a análise de 22 textos - uma tese, sete dissertações e 14 artigos.

A pesquisa bibliométrica, com parâmetros claramente definidos, colabora para entender a emergência, aceite e desenvolvimento de um determinado tema ou discussão ao longo do tempo (Campos et.al., 2017). Dado ser um fenômeno mais recente, optamos por trabalhar com as décadas de 2000 e com esta em curso, a fim de compreender, por meio da construção de um banco de dados com 28 variáveis, quais os vieses de pesquisa, instituições, metodologias, arenas estudadas e referências bibliográficas mais comuns. É preciso enfatizar que estamos cientes de que aquilo que chega aos periódicos não diz da produção como um todo, em função de critérios de seleção, receptividade ao tema, tempo de edição, dentre outros, especialmente se tratando de revistas de alto estrato. Contudo, trata-se de uma parte relevante da construção do campo científico.

O texto está dividido em duas partes, além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira, revisamos as relações entre internet e ativismo. Na segunda, apresentamos a metodologia empregada, a descrição e análise dos dados.

[3] Somos gratas à Gabrielle Marques e Viviane Villar, graduandas na UFV, pela colaboração na coleta de dados. Também agradecemos ao prof. Ricardo Fabrino Mendonça e aos demais integrantes do Margem/UFMG pelos comentários críticos à primeira versão deste texto. Expressamos gratidão ainda à Fapemig, pelo apoio financeiro a esta pesquisa em forma de bolsa de iniciação científica.

2. Ativismo e internet

O estudo dos movimentos sociais no Brasil, como sujeitos da ação coletiva, tem como marco temporal a década de 1970 (Bringel e Teixeira, 2015; Gohn, 2010), com o "revigoramento associativo no país" (Scherer-Warren e Luchmann, 2015, p. 17).

Um movimento social, de acordo com Scherer-Warren (1987, p. 7 apud Bringel e Teixeira, 2015, p. 52), é "uma ação grupal para transformação (práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto) sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia)", além de "uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)". Gohn (2010, p.39) afirma que os movimentos são um dos "atores sociais que protagonizam ações coletivas na sociedade civil", ao lado de outros como organizações não-governamentais, fóruns e conselhos.

As pesquisas sobre esses atores se iniciam com acentuado viés marxista, centradas na classe como categoria explicativa. Modelos alternativos e discussões mais focadas em movimentos específicos (ambientalista, feminista, por moradia…) foram ganhando a cena, paulatinamente, com a inclusão de outras chaves de análise para a ação coletiva (Scherer-Warren, 2014). Segundo Scherer-Warren e Luchmman (2015, p. 19), passou-se do "virtuosismo" dos movimentos a um debate mais adensado sobre o papel deles na "reordenação institucional possível nos processos precários de redemocratização" naquele momento.

Nos anos de 1990, emerge como chave de leitura a ideia de *redes* (Scherer-Warren, 2014), para entender as "lógicas de cooperação solidária" (Scherer-Warren e Luchmann, 2015, p.22), bem como dinâmicas atravessadas por fatores como "transnacionalidade, pluralismo organizacional e ações interativas entre instituições variadas" (Bringel e Teixeira, 2015, p. 64). É interessante, como fazem Bringel e Teixeira (2015), observar os repertórios interpretativos dos estudos sobre a ação coletiva, que foram incorporando novas terminologias, como *sociedade civil*[4] e *esfera pública* (Bringel e Teixeira, 2015).

[4] Para acepções do termo ver Mendonça (2011).

Das *redes*, passou-se também a um debate sobre associativismo por meio das organizações não-governamentais ("*onguização*") e, mais recentemente, a literatura da área tem voltado muito esforço para o entendimento da participação nos espaços institucionalizados e/ou nas inovações democráticas (Abers e Von Bulow, 2011; Lavalle, 2016).

Desde os anos 90, autoras como Scherer-Warren (2014 {1993}) vêm levantando a importância de um olhar mais detido às tecnologias de comunicação e informação.

> Finalmente, creio que as perspectivas de análise dos movimentos sociais para os anos 1990 devem considerar o papel das tecnologias de informação e dos meios de comunicação de massa nas formas de organização da sociedade civil, mesmo porque este campo teve um desenvolvimento notável nos últimos anos. Resta verificar em maiores detalhes, tanto nos meios de comunicação de massa como na imprensa alternativa, os espaços de massificação, de uniformização, de consolidação de ideologias dominantes *versus* espaços de contestação das formas de dominação ou discriminação, de difusão de propostas alternativas de vida social, de novos valores universalizáveis de acordo com os interesses dos novos atores coletivos mencionados bem como o espaço para formação e comunicação das redes de movimentos (Scherer-Warren, 2014, p. 25).

Foram os zapatistas no México, em 1994, tomados como o marco da relação entre ativismo e internet. Desde então, passando por Seatle (1999), pela queda do presidente das Filipinas (2001) até os contextos da Primavera Árabe e do Occupy Wall Street já nesta década (Alcantara, 2015; Gomes, 2016b), a agenda sobre os usos digitais para a ação coletiva avança.

Nas definições de Silva et.al (2016, p. 20), é possível identificar nos estudos de democracia digital duas ênfases distintas. A primeira é a *institucional*, preocupada com a "conformação digital das instituições das democracias". As pesquisas agrupadas sob tal chave analítica estão mais próximas da forma como Estado provê serviços aos representados, bem como as estratégias de outras instituições, como os partidos políticos no âmbito digital. A segunda seria a ênfase *social*, ligada aos processos de "engajamento político, apropriação políticas das ferramentas digitais, fortalecimento da esfera pública". Gomes (2016a, p. 47) sustenta que, embora os estudos tenham começado ainda na década de 90, sua intensificação se deu na segunda metade dos anos 2000, especialmente a partir da possibilidade, com a web 2.0, da "publicação de conteúdo em redes mais extensas e permanentes".

Observando as formas de participação online, esses estudos passam de um otimismo acerca dos potenciais democráticos da internet - "por causa de sua história, da sua infraestrutura técnica e dos ideais que acompanharam seu desenvolvimento" (Cardon, 2016, p.287) - à crítica do "ativismo de sofá". O descrédito gerado pelas ações "só digitais" deu origem ao termo *slacktivism*, para falar de práticas que demandam pouco ou nenhum esforço ou engajamento (Christensen, 2011). Sobre o debate iniciado acerca do ativismo de sofá, Sebastião e Elias (2012) pontuam se tratar de um

> termo anglófono pejorativo que denomina uma forma de participação social que se caracteriza como preguiçosa, pois está à distância de um clique, mas que provoca nos indivíduos uma sensação de participação social e de um impacto positivo importante na sociedade. No entanto, há que ter em conta que clicar num botão é bastante simples e não implica envolvimento nem preocupação; o que leva à demissão da maioria dos utilizadores que rapidamente esquecem o assunto. Ou seja, é uma participação sem continuação, sem implicações, sem emoção, sem empenhamento. Por muitas campanhas que um slack-activist apoie, se não as acompanha, que preocupação ou envolvimento em causas revela? E aqui encontramos o reverso da moeda. Se a internet, devido às suas características, permite lançar uma campanha social em nível nacional ou até mundial de forma gratuita, não estará igualmente a dessensibilizar os indivíduos para uma participação mais activa? (Sebastião e Elias, 2012, p. 65).

Os protestos na Primavera Árabe "nas ruas e nas redes", para usar os termos de Gomes (2016b), trouxeram vigor à agenda e a queda de regimes ditatoriais em função deles foi deixando o "sofá" cair em desuso para explicar o engajamento coletivo. No Brasil, as manifestações ocorridas a partir de junho de 2013 demandaram reflexão. A agenda se complexificou, no sentido de não só medir "impactos" no offline, mas entender como esse ativismo passa a ocorrer[5], cada vez mais dissociado daquelas organizações clássicas estudadas nacionalmente a partir de 70.

A personalização acentuada pelas redes sociais digitais e a ideia de reivindicações e expressões políticas mais fragmentadas em indivíduos do que centradas em grupos clássicos de ação coletiva também têm tido merecido destaque. Cardon (2016, p. 297) assegura que atualmente "os atores aderem ao coletivo de forma muito mais personalizada, e não mais em nome de uma filiação a

[5] Vale notar neste sentido o trabalho de Hands (2011).

um grupo organizado (sindicato, ONG, associações)". No Brasil, a relação entre singularidade e coletividade nos protestos é trazida por Mendonça (2017).

> Na maioria das vezes, ele [o ciberativismo] foi feito por indivíduos não organizados e afastados de qualquer forma de filiação política clássica: hackers, artistas digitais, agitadores autônomos ou simplesmente indivíduos um pouco bricoleur, que, através dos seus computadores, participam de movimentos coletivos que funcionam a partir de laços frágeis de anonimato (Cardon, 2016, p. 294-95).

Ao olhar processos como os ocorridos na Espanha ("Indignados") ou nos Estados Unidos ("Occupy Wall Street"), Jensen e Bang (2013, p. 445, tradução nossa), sustentam que as novas tecnologias não podem ser entendidas como "explicações causais" para a emergência desses eventos, mas "as capacidades de comunicação das novas mídias sociais proporcionam a infra-estrutura de comunicação desses movimentos para se desenvolver e expandir sem depender de uma organização formal"[6]. Bennett e Toft (2008, p. 246, tradução nossa) coadunam com essa perspectiva de que as novas TICs não formam "magicamente" redes ativistas, nem podem ser entendidas como substitutas de formas clássicas de organização. Para os autores, é necessário perceber como "os requisitos coletivos de identidade para associação e pertencimento são *relaxados*, as narrativas pessoais são mais fáceis de divulgar" e se criam outras maneiras de construção de networks[7] (Bennett e Toft, 2008, p. 253).

Esses pontos também são discutidos no cenário brasileiro por Gomes (2016b), a partir das jornadas de junho. O autor, expoente do campo de I&P, reforça que os "protagonistas" desses "novíssimos movimentos", conforme são chamados, não são os movimentos sociais tradicionais ou a sociedade civil organizada da forma pensada a partir dos anos 90 - "no máximo, estiveram em momentos deflagradores do processo ou engrossaram (e até orientaram) os protestos; em outras vezes, foram olhados com desconfiança e até expulsos" (Gomes, 2016b, p. 371).

[6] No original: "communications capabilities of new social media provide the communication infrastructure of these movements to develop and expand without reliance on a formal movement organization".
[7] No original: "collective identity requirements for membership and belonging are relaxed, personal narratives are easier to publicize, and technology applications are coded to facilitate networks in more diverse and creative ways".

> Do ponto de vista da organização, chama menos atenção as formas tradicionais de organizações da sociedade civil do que os novos formatos de grupamentos sociais, ou "coletivos", com adensamento de indivíduos em torno de bandeiras e ações, mas sem filiação, sem doutrina, sem controle, sem liderança. O que significa vínculos fracos de pertencimento e aglutinação com base em eventos e não em identidade: assim como convergiam para uma ação, os indivíduos também podiam se dispersar depois dela (Gomes, 2016b, p.372).

Esses protestos, segundo Gomes (2016b, p. 373), se beneficiam diretamente de um cenário de hiperconexão, da capacidade de inclusão e edição de conteúdos de forma nunca vista e de plataformas que têm todos os elementos necessários para a feitura dos protestos.

No campo dos estudos dos movimentos sociais, suas expoentes, como Scherer-Warren (2013; 2014), como procuraram entender as diferenças do que ocorreu no Brasil a partir de 2013. Para a autora, uma *novidade* "está na convocatória pelas redes sociais virtuais" (2013, p. 417). Seu posicionamento, contudo, é um pouco mais pessimista.

> Os jovens vêm se manifestando cada vez mais pelas redes sociais, na internet, usando o suporte das novas tecnologias para se organizar. Mas isso tem sido, acima de tudo, um meio, e não explica o sentido político da ação, ou melhor, o sentido pode ser conflitivo ou antagônico numa mesma rede ou entre sub-redes, como resultante transversalidade desse tipo de comunicação. Além disso, as redes virtuais divulgam, convocam e expressam posicionamentos, mas quase nunca possibilitam o aprofundamento do debate político, ainda que, em algumas situações, é no interior de sub-redes que interagem com outras sub-redes que mensagens conflitivas aquecem o debate. As redes presenciais dos MS organizados continuam tendo um papel político e pedagógico relevante e são, frequentemente, espaços para aprofundar os debates (Scherer-Warren, 2012a) (Scherer-Warren, 2013, p. 420).

A pesquisadora, em texto recente, também se preocupa em criar uma tipologia dos movimentos, a fim de esclarecer suas diferenças com as manifestações. Scherer-Warren (2014, p. 15) defende que os "movimentos sociais organizados têm uma relativa permanência temporal" e usam a manifestação de rua como "momento de protesto, reivindicação e visibilidade, mas têm uma continuidade para além desse momento mobilizatório público" (idem, p. 16).

Como se vê, dos zapatistas a junho de 2013 em São Paulo, o ativismo online se construiu em um problema não apenas empírico, mas também teórico, para analistas de diferentes campos científicos. Nosso interesse neste trabalho é

compreender os vieses das pesquisas publicadas sobre o tema em periódicos dos três mais bem avaliados estratos de publicação, segundo o sistema Qualis Capes, na Ciência Política e na Comunicação. A seguir, apresentamos como se deu a construção do corpus e análise dos trabalhos.

3. As pesquisas acadêmicas sobre ativismo online: metodologia e análise dos dados

3.1 Metodologia

A pesquisa bibliométrica tem sido empregada com relativa frequência na Ciência Política (Campos et.al, 2017; Marques e Montezuma, 2014; Sampaio et.al., 2016; 2018). Campos et. al. (2017, p. 625) defendem que "a institucionalização dos periódicos acadêmicos (...) transformou o artigo no principal formato de comunicação científica". Com base nos já citados estudos de Sampaio e colaboradores (2016; 2018) e Araújo (2011), investigamos a publicação de artigos sobre ativismo online em revistas a partir dos seguintes critérios.

O primeiro critério norteador é que as revistas fossem minimamente avaliadas, em primeiro lugar, como B1 na Ciência Política. A partir dessa seleção, coletamos, dentre elas, as revistas que tivessem a mesma avaliação na Comunicação[8]. Este critério é necessário por se tratar de um tema comum em ambas áreas e tradicionalmente pesquisado por pessoas ligadas a subárea de Comunicação e Política.

Os periódicos internacionais, os não editados nas áreas de Comunicação ou Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) mesmo com avaliação na área e aqueles que tinham avaliação apenas na Comunicação[9] foram excluídos. Ao total, foram encontrados 14 periódicos que atendiam aos requisitos iniciais, sendo eles, em ordem alfabética: Ambiente & Sociedade, BPSR – Brazilian Political Science Review, Caderno CRH, Cadernos Pagu, Dados, Estudos Feministas,

[8] Dada nossa inserção em um departamento de Ciências Sociais.
[9] É importante ressaltar que, dado o sistema Qualis Capes, vários periódicos importantes da Comunicação não entraram no corpus por não possuírem avaliação ou estarem com avaliação menor que B1 na Ciência Política. As revistas E-Compós e Galáxia, por exemplo, proeminentes em tal área, ambas A2, nem são avaliadas na CP.

Horizontes Antropológicos, Intercom, Novos Estudos CEBRAP, Opinião Pública, Revista Brasileira de Ciência Política, Sociedade & Cultura, Sociedade & Estado.

Dessas revistas, foram encontrados artigos sobre ativismo online em apenas sete, distribuídas com os seguintes Qualis (Quadro 1). Esta primeira seleção demonstra que nenhuma revista A1 da Ciência Política abriga artigo acadêmico sobre ativismo online.

QUADRO 1: Avaliação no Qualis Capes COM e CP das revistas analisadas em ordem alfabética.

Revista	Qualis na COM	Qualis na CP
Caderno CRH	B1	A2
Cadernos Pagu	A2	A2
Estudos Feministas	A2	B1
Horizontes Antropológicos	A2	B1
Intercom	A2	B1
Sociedade & Cultura	B1	B1
Sociedade & Estado	B1	B1

FONTE: Dados da pesquisa.

A seleção dos periódicos e a coleta dos artigos foi realizada manualmente por três discentes de iniciação científica a partir dos sites das revistas ou da plataforma Scielo, entre os meses de abril a junho de 2018. A conferência do banco de dados foi realizada por todas as codificadoras após a coleta dos artigos, com a supervisão da coordenadora da pesquisa. A coleta se deu a partir da análise de cada número/volume das revistas. Os artigos foram selecionados a partir da leitura do sumário de cada edição, dos resumos e palavras-chave do artigo. Para confirmar se os artigos correspondiam ao tema pesquisado, foi realizada a leitura integral de cada um.

Na construção do corpus foram excluídos artigos que abordavam: a) cobertura jornalística do ativismo; b) participação política online focada em estratégias de instituições como partidos, Estado, fóruns (como orçamentos); c)

análise de comentários de notícias; d) práticas de sociabilidade online[10]; e e) análise de plataformas colaborativas. Também não foram analisados artigos de balanço bibliográfico gerais sobre internet e política[11]. Foram selecionados trabalhos compreendidos entre 2000 a 2017, somando 25 artigos publicados referentes a temática.

Após a coleta do textos, utilizamos a análise de conteúdo (AC) (Bauer, 2002; Cavalcante et. al., 2014; Sampaio e Lycarião, 2018) a fim de entender, a partir do nosso conjunto de variáveis, como se deram os estudos sobre internet e ativismo. De acordo com Bauer (2002, p.191) a AC é uma "técnica para produzir inferências de um texto para seu contexto social de maneira objetivada", implicando, várias vezes, em "tratamento estatístico de unidades do texto". A análise depende, obviamente, de uma pergunta de pesquisa que a guie, dado que "a AC interpreta o texto apenas à luz do seu referencial de codificação" (idem, p.199). Para Cavalcante et. al (2014, p. 16), na codificação da AC faz-se importante "encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado".

Um banco de dados com 28 variáveis foi organizado e preenchido no Excel, a fim de aferir informações como: revista, avaliação no Qualis Capes na Ciência Política e na Comunicação; ano de publicação, ano de fundação da revista, volume, número, páginas de edição da revista, títulos dos artigos; número de autores dos artigos, nomes e gênero dos autores; titulação, área de titulação e instituição; resumo, palavras-chave e referências bibliográficas dos artigos; rema geral e objetivo do artigo; fenômenos estudados no texto: informação, organização e mobilização - serão explicitados a seguir na análise; metodologia empregada; existência de pesquisa empírica ou ensaio teórico; e arena online analisada;

A aplicabilidade da análise de conteúdo tem feito emergir duas grandes preocupações, acerca de replicabilidade e fidedignidade. Concordamos com Sampaio e Lycarião (2018, p.34), que a replicabilidade deve atentar para a "disponibilização do máximo de informações sobre os procedimentos utilizados" e

[10] Como exemplo, temos o texto de Silva (2009), publicado na revista Estudos Feministas, acerca de uma etnografia online sobre práticas de "barebacking". https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300003. Acesso em 09.09.18.
[11] Como o próprio texto de Sampaio et. al. (2016), publicado em uma das revistas analisadas.

por isso disponibilizamos o livro de códigos e o banco de dados, caso sejam solicitados. No caso da fidedignidade, optamos por não realizar os testes de confiabilidade, dado que poucas variáveis implicaram em discricionariedade que pudesse comprometer a codificação. A variável "fenômenos" foi a única que gerou mais dúvidas e foi codificada em dois momentos, pela coordenadora e bolsista da pesquisa e as questões foram dirimidas em conjunto. As outras duas codificadoras ficaram responsáveis apenas pelo preenchimento de dados mais técnicos do texto.

Na codificação da metodologia e dos objetivos, neste primeiro momento, usamos os termos utilizados pelos autores dos textos. Quando não era possível identificar a metodologia optamos por informar a expressão "não se aplica" no banco de dados.

3.2 Análise

Um primeiro foco da análise é entender características mais gerais das publicações, especialmente onde, quando e por quem foram realizadas.

Conforme atesta a Tabela 1, a maior parte dos textos está na revista Intercom, com 44% do corpus, seguida da Caderno CHR, com 16%.

TABELA 1 - Distribuição dos artigos por revista

Revista	**Nº de artigos**	**Percentual**
Intercom	11	44%
Caderno CRH	4	16%
Cadernos Pagu	3	12%
Sociedade e Cultura	3	12%
Estudos Feministas	2	8%
Horizontes Antropológicos	1	4%
Sociedade e Estado	1	4%
Total	25	100%

FONTE: Dados da pesquisa

A Tabela 2 informa o número e porcentagem de textos a partir dos critérios de avaliação Qualis Capes. Nota-se que a maior parte dos textos é mais bem avaliada na Comunicação, dado que a Intercom, periódico com maior número de publicações, é A2 em tal área e B1 na CP. É possível conjecturar também, a respeito da Ciência Política especialmente, sobre o pouco aceite do tema em revistas com essas avaliações, bem como o fato de ser um assunto mais recente. Uma análise interessante a ser feita é entender qual o percentual total de artigos de internet e política e como se distribuem em caminhos de pesquisas (e-gov, deliberação online etc), a fim de avaliar - como fizeram Sampaio et. al (2016) para os - se há alguma predominância de um dos temas de I&P.

TABELA 2: Número de textos por estrato Qualis Capes nas duas áreas

Qualis Capes	**Ciência Política**		**Comunicação**	
	Nº de textos	**Percentual**	**Nº de textos**	**Percentual**
B1	18	72%	8	32%
A2	7	28%	17	68%
A1	0	0%	0	0
Total	25	100%	25	100%

FONTE: Dados da pesquisa

No que diz respeito ao anos de publicação, nota-se o ano de 2017 como aquele com maior número e um aumento em 2014, muito provavelmente em função de textos sobre manifestações. É possível perceber que a década atual concentra mais textos do que a anterior.

TABELA 3: Distribuição dos artigos por ano de publicação

Ano de publicação	Nº de artigos	Percentual
2000	1	4%
2002	1	4%
2005	1	4%
2008	1	4%
2010	1	4%
2012	2	8%
2013	1	4%
2014	5	20%
2015	2	8%
2016	4	16%
2017	6	24%
Total	25	100%

FONTE: Dados da pesquisa

Acerca da autoria dos textos, os dados mostram que cerca de 76% dos artigos são escritos em autoria única, 20% com dois autores e apenas 4% com três autores. Quanto ao gênero da autoria, inferido a partir dos nomes socialmente indicados como femininos e masculinos, 64% dos textos são escritos por mulheres como únicas autoras e 24% por homens. Apenas um dos textos (4%) é escrito por dois homens. As mulheres somam mais 8% com primeira e segunda autorias de artigos coletivos. Esses achados se aproximam do que encontram Sampaio et. al. (2018).

Buscamos também entender a titulação mais comum das autoras e autores dos textos sobre ativismo online, focando especialmente no primeiro/a autor/a. Mais de 60% possui doutorado completo (Tabela 4). Ressalta-se que nem todos os textos permitiram tal identificação à época da publicação, constando assim como “não se aplica”. Já a área mais comum de titulação é a Comunicação, com 40%, seguida

da Sociologia (12%), quando a informação estava disponível (Tabela 5). Os dados sobre a prevalência da área coadunam como os de Araújo (2011) e Sampaio et. al. (2018).

TABELA 4: Titulação da/o primeiro/a autora/autor

Titulação da/o primeiro/a autora/autor	Nº de titulados	Percentual
Doutorado	16	64%
Doutorando/a	3	12%
Não se aplica	6	24%

FONTE: Dados da pesquisa

TABELA 5: Área de titulação da/o primeira/o autora/autor

Área de titulação da/o primeira/o autora/autor	Nº de autores por área	Percentual
Comunicação	10	40%
Sociologia	3	12%
Ciências Sociais	2	8%
Antropologia	1	4%
Ciência Política	1	4%
Educação	1	4%
Não se aplica	7	28%

FONTE: Dados da pesquisa

A instituição mais frequente de titulação dos/as primeiros/as autores/as foi a USP, seguida da Unicamp e da UFRJ (Tabela 6). É perceptível uma sobrerrepresentação de pesquisadores/as titulados/as no sudeste, quando olhadas as demais universidades (PUC Campinas, UERJ, UFMG e UMESP).

TABELA 6: Instituição de titulação da/o primeira/o autora/autor

Instituição de titulação da/o primeira/o autora/autor	Nº de titulados	Percentual
USP	5	20%
UFRJ	3	12%
UNICAMP	3	12%
UFMG	2	8%
UMESP	2	8%
PUC Campinas	1	4%
UERJ	1	4%
UFRN	1	4%
Universidade de Copenhagen	1	4%
Universidade Paris X	1	4%
Não se aplica	4	16%

FONTE: Dados da pesquisa.

Passemos agora a algumas discussões mais substantivas dos artigos. Dos 25 trabalhos analisados, 60% apresentaram pesquisa empírica. Uma das primeiras dificuldades no entendimento de como o ativismo online foi estudado se deu com a tentativa de codificação da metodologia. Em 44% dos textos, não foi possível identificar o método empregado. Optamos por coletar os termos que os próprios autores utilizaram para descrever a feitura de suas pesquisas. O quadro a seguir mostra a diversidade e a pouca clareza das definições metodológicas disponíveis nos textos, reflexões que também estão colocadas em Sampaio et. al. (2018). A partir dos termos, é possível identificar um foco acentuado em análises dos textos disponíveis nas diferentes arenas em estudo. A abordagem qualitativa é preponderante, o que pode estar relacionado com o fato de que os estudos estão concentrados em revista e autores do campo da Comunicação, que possui uma tradição mais tardia de pesquisas quantitativistas.

QUADRO 1: Termos dos autores para descrever as metodologias utilizadas

"etnografia" "pesquisa bibliográfica" "análise de acontecimento" "sociologia das ausências e a sociologia das emergências" "análise de narrativa textual" "levantamento bibliográfico" "análise de dados quantitativos(postagens, localização das páginas etc.) e qualitativos (conteúdos das publicações, grupo focal)" "análise de conteúdo" "análise das páginas virtuais" "observação da sociabilidade ocorrida pela Internet" "sistematização de determinados campos semânticos constituídos por certas ideias-força que se apresentam de forma regular e repetitiva no discurso desses agentes sociais" "recurso etnográfico" "campo etnográfico" "continuidade etnográfica"

FONTE: Dados da pesquisa.

Foram mapeadas também as arenas online nas quais as pesquisas se debruçaram. Há um número maior de observação pois um mesmo artigo pode investigar mais de um âmbito. Das arenas possíveis de identificação e retiradas as menções a esferas offline (entrevistas, grupos focais, por exemplo), o Facebook desponta como a arena mais frequente.

TABELA 7: Arenas onlines analisadas nos artigos

Arena online analisada	**Nº de vezes**	**Percentual**
Facebook	6	22,22%
Blog	3	11,11%
Twitter	2	7,41%
Lista de discussão	1	3,70%
Site	1	3,70%
Tumblr	1	3,70%
Email	1	3,70%

Não se aplica	12	44,44%
Total	28	100%

FONTE: Dados da pesquisa.

Sampaio et. al (2018, p. 140) também identificaram que, quando há menção clara, as mídias sociais e sites são mais comuns e atestam que "dessa forma os trabalhos sobre blogs e chats vão perdendo espaço para os estudos de mídias sociais nos últimos anos". Para os autores, a "constante modificação de objeto mostra que a dinâmica da área está relacionada a relação entre tecnologia e sociedade" (idem). É provável que nos anos futuros, aplicativos de mensagem instantâneas, como o Whatsapp, figurem entre as arenas mais estudadas.

Procuramos compreender quais os fenômenos foram objeto de pesquisa nesses textos. Se tratava de uma pergunta central na construção do banco de dados, em função de estar relacionada à própria ideia de ativismo online que circundava cada artigo. Nosso objetivo era investigar o que os artigos compreendem como ativismo online, como identificam – a partir de ações - a existência desse ativismo e a abordagem utilizada para definir os objetos de análise.

De acordo com a codificação, baseada nas terminologias das áreas de I&P e movimentos sociais, classificamos o fenômeno de um artigo a partir de três categorias, explicadas a seguir. Também codificamos quando duas delas eram tratadas com a mesma força nos textos.

a) Informação: quando o texto discutia, como central para o ativismo online, a ampliação de narrativas, construção de contra-narrativas[12], disseminação de informação e contra-informação.
b) Mobilização: quando o foco do texto era na análise acerca da capacidade de mobilizar pessoas para uma determinada causa, campanha; circulação de hashtags; construção de laços de solidariedade[13].

[12] Como exemplo, temos o texto "Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede", de Tatiane Leal (2017), que possui como objetivo analisar páginas inspiradas em mulheres feministas, "dedicadas à construir uma memória coletiva feminista online, reunindo histórias de mulheres inspiradoras do passado e presente."

c) Organização: quando o artigo tratava das implicações da dimensão online na construção organizativa de um determinado coletivo/movimento/fluxo[14].

São poucos os textos específicos sobre o último viés citado. A maior parte deles está focado no ativismo online capaz de fazer circular novos discursos, pautas, demandas (Tabela 8). Um dado interessante é que cerca de 28% dos 25 textos tratam especificamente do ativismo feminista online[15], com viés acentuado dessa produção informativa mais democrática que se coloca no meio digital[16]. Ainda é predominante nos textos a ideia da internet como uma arena mais porosa e aberta a novos discursos e há pouca identificação das dinâmicas específicas de mobilização e organização propiciadas/adensadas pela dinâmica online.

TABELA 8: Viés de análise empregado nos artigos sobre ativismo online

Viés da análise	**Nº de textos**	**Percentual**
Informação	9	36%
Mobilização	7	18%
Organização	4	16%
Mobilização e organização	3	12%
Informação e organização	1	4%
Não se aplica	1	4%

[13] Como exemplo, o artigo "Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política", de Ilse Scherer-Warren (2014), que buscou entender como as manifestações de rua de 2013 se diferenciam, organizacional e politicamente, de outras grandes mobilizações sociais do séc. XX.

[14] Como exemplo, temos a pesquisa "Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica", de Gajanigo e Souza (2014), em que os autores analisam algumas manifestações sociais que surgiram pelo mundo a partir de 2008, com foco em entender o impacto na organização desses movimentos e perceber como fizeram uso da imagem como forma de comunicação.

[15] Este é o foco de outra pesquisa desenvolvida por nós no âmbito do DCS/UFV, a partir do projeto "Política, internet e feminismo no Brasil: mapeando um campo de atuação" (SISPPG/UFV Nº 194413).

Total	25	100%

FONTE: Dados da pesquisa.

Por fim, a Figura 1 revela as referências bibliográficas mais mobilizadas nas pesquisas publicadas em tais periódicos.

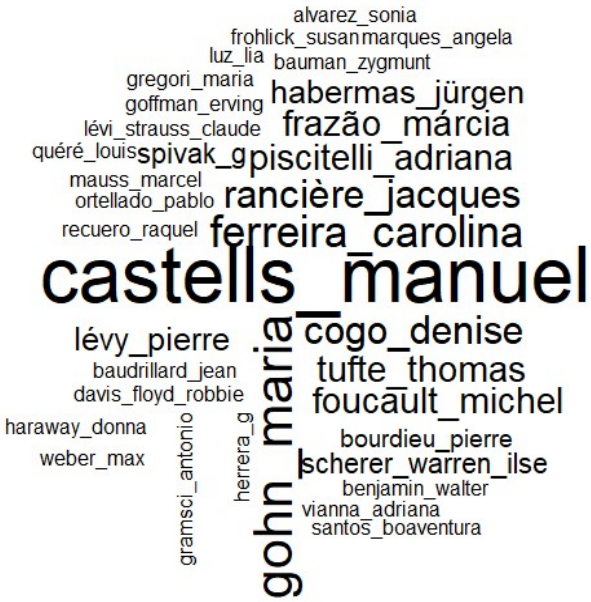

FIGURA 1: Referências bibliográficas mais mobilizadas[17]

FONTE: Dados da pesquisa.

É possível identificar menção a autoras mais clássicas dos movimentos sociais no Brasil ou mesmo de uma de suas faces (com o feminista) aparecem como autoras e referências bibliográficas. É o caso de Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren e Adriana Piscitelli (estudos de gênero). Manuel Castells e Pierre Levy entre autores mais citados no levantamento de Araújo (2011) também têm proeminência,

[17] O tamanho dos nomes na nuvem de palavras possui relação direta com a frequência em que cada autor é referenciado. A título de informação, demonstramos alguns autores e o número de vezes que foram mobilizados: Manuel Castells (17), Maria da Glória Gohn (11), Carolina Ferreira (9), Denise Cogo (8), Adriana Piscitelli (7), Thomas Tufte (7), Pierre Lévy (6), Ilse Scherer-Warren (5).

dado os livros seminais da área[18]. É interessante observar a pouca mobilização de autores à democracia digital, com mais pesquisadores atrelados à cibercultura.

4. Considerações Finais

Este artigo, ainda em fase exploratória, buscou entender e elucidar como o ativismo online foi pesquisado nos periódicos acadêmicos nacionais e as especificidades da relação entre ativismo e internet nesta produção acadêmica. Procuramos também apresentar quais eram os fenômenos das pesquisas publicadas sobre essa temática nas revistas mais bem avaliadas nos três primeiros estratos de publicação da Qualis Capes em Ciência Política e Comunicação, respectivamente.

Com o intuito de dar um panorama conceitual e inserir o tema estudado, realizamos discussão sobre as relações entre internet e ativismo, evidenciando os movimentos sociais que surgiram a partir da década de 90 e foram decisivos para o começo das reflexões desse novo fenômeno.

Em seguida, apresentamos os dados e a partir deles percebemos algumas características sobre a pesquisa de ativismo online no cenário brasileiro, que dialogam com mapeamentos anteriores. Gostaríamos de ressaltar como se faz necessária uma discussão sobre a receptividade do tema nas revistas, já que maior parte dos artigos sobre ativismo online foram encontrados em revistas de estrato B1.

Além disso, notamos também que houve um aumento de publicações sobre ativismo online nos últimos anos, em função possivelmente das manifestações. Entendemos que é necessário, como apontam nossos resultados, que as novas pesquisas busquem compreender para além da dimensão informativa do ativismo

[18] Ao desagregarmos as obras citadas, especialmente de Lévy e Gohn, tem-se, respectivamente: O poder da comunicação; Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet; A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade; A sociedade em rede; O poder da identidade; e The information age economy: society and culture. De Gohn, aparecem: Sociologia dos movimentos sociais; Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos; Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo; Novas teorias dos movimentos sociais; Movimentos sociais e educação; História dos movimentos e lutas sociais; e Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.

online, as implicações das, especialmente, das redes sociais digitais para processos de mobilização e organização de movimentos mais clássicos ou processos coletivos que emergem a partir das práticas online.

Referências

ABERS, Rebecca; VON BULOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

ALCÂNTARA, Lívia. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora:** revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.8, n.23, jun-set. 2015, p.73-97.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova***,* São Paulo, 76, 49, 2009, p. 76-49.

ARAÚJO, Willian. Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil. Paper apresentado ao **V Simpósio Nacional ABCiber**, UDESC/UFSC, 2011.

BAUER, Martin. Análise de Conteúdo Clássica: Uma Revisão. BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som***:* Um Manual Prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 189–217.

BENNETT, W.Lance; TOFT, Amoshaun. Idendity, technology, and narratives: Transnacional activism and social networks. In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip. **Routledge Handbook of Internet Politics**. London/NY: Routledge, 2008, p.246-260.

BRINGEL, Breno; TEIXEIRA, Marco Antonio. In:SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia. . **Movimentos sociais e engajamento político:** trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015, p. 43-76.

CAMPOS, Luiz Augusto et. al.. 50 Anos da Revista DADOS: Uma Análise Bibliométrica do seu Perfil Disciplinar e Temático. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 60, n. 3, 2017, p.624-661.

CARDON, Dominique. As mobilizações de indivíduos na internet. In" MENDONÇA, Ricardo Fabrino et. al. **Democracia digital:** publicidade, instituições e confronto político. BH: Editora UFMG, 2016, p.287-306.

CAVALCANTE, Ricardo et. al. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. ***Informação & Sociedade Estudos***, João Pessoa, v.24, n.1, jan./abr.2014, p. 13-18.

CHRISTENSEN, Henrik S. Political activities on the Internet: Slacktivism or political participation by other means?. **First Monday** - Peer-reviewed journal on the internet, v. 16, n.2, february-2011, s/p. Disponível em: http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/3336 . Acesso em 15/07/2018.

GAJANIGO, Paulo Rodrigues; SOUZA, Rogério Ferreira de. Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, set./dez. 2014, p. 577-592.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Wilson. 20 anos de política, Estado e democracia digitais: uma "cartografia" do campo. In: SILVA, Silvado et. al. **Democracia digital, comunicação política e redes***:* Teoria e Prática. RJ: Folio Digital, Letra e Imagem, 2016a, p. 39-76.

GOMES, Wilson. "Nós somos a rede social!" - O protesto político entre as ruas e as redes.. In" MENDONÇA, Ricardo Fabrino et. al. **Democracia digital:** publicidade, instituições e confronto político. BH: Editora UFMG, 2016b, p.367-390.

HANDS, Joss. Mobil(e)isation. In:_____. **@ is for activism***:* dissent, resistance, and rebellion in a digital culture. Pluto Press, 2011,124-141.

JENSEN, Michael, J; BANG, Hendrik, P. Occupy Wall Street: A New Political Form of Movement and Community?. **Journal of Information Technology & Politics**, v. 10, n. 4, 2013, p. 444- 461.

LAVALLE, Adrian Gurza. Participação, (des)igualdade política e democracia. In: MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Desigualdades e democracia***.* SP: Editora Unesp, 2016, p. 171-202.

LEAL, Tatiane. Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede. **Intercom**, v.40, n.2, maio/ago. 2017, p.169-185.
MARQUES, Danusa; MONTEZUMA, Illyusha. Desigualdades de gênero e democracia – como as ciências sociais brasileiras (não) trabalham com o tema. Paper apresentado ao GT 10 – Democracia e Desigualdades no **38o Encontro Anual da Anpocs***,* Caxambu, 2014, p.1-30.
MENDONÇA, Ricardo F. . Comunicação e sociedade civil: interfaces e agendas. **Compolítica**, *1*(1), 2011, p. 7 - 44.
MENDONÇA, Ricardo F. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,** n. 66, abril 2017, p.130-159.
SAMPAIO, Rafael; LYCARIAO, Diógenes. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista Sociologia e Política**, v. 26, n.66, jun.2018, p.31-47.
SAMPAIO, Rafael. et. al. A construção do campo de Internet & Política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. n: SILVA, Silvado et. al***. Democracia digital, comunicação política e redes:*** Teoria e Prática. RJ: Folio Digital, Letra e Imagem, 2016, p. 77-110.
SAMPAIO, Rafael. et. al. Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura: uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da ANPOCS. **BIB**, São Paulo, n.85,1/2018, p. 126-147.
SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia. Um panorama dos estudos sobre movimentos sociais e participação no Brasil. In: _____. **Movimentos sociais e engajamento político***:* trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015, p. 15-42.
SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. ***Caderno CRH***, Salvador, v. 27, n. 71, maio/ago. 2014, p. 417-429.
SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. SP: Loyola, 2014 [1993], 6 edição.
SEBASTIÃO, Sônia; ELIAS, Ana Catarina. O ativismo like: as redes sociais e a mobilização de causas. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.15, n.1, jan-jun 2012, p.61-70.
SILVA, Silvado et. al. Concepções, debates e desafios da democracia digital. In: _____. **Democracia digital, comunicação política e redes:** Teoria e Prática. RJ: Folio Digital, Letra e Imagem, 2016, p. 17-38.